

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O aumento sem precedentes dos preços praticados no setor dos transportes marítimos tem vindo a provocar fortes prejuízos para as empresas portuguesas dependentes de atividades de exportação e importação.

Mesmo com um planeamento antecipado, são recorrentes as situações de novos agendamentos para a movimentação de mercadorias, originando atrasos e colocando em causa a atividade das várias empresas dependentes do setor no que diz respeito à colocação e recebimento dos seus produtos.

De acordo com a *Sea-Intelligence*, o transporte marítimo de contentores terminou o ano de 2020 com um EBITDA de 14 mil milhões de dólares, constituindo o melhor resultado dos últimos oito anos. Ainda no terceiro trimestre de 2020, a *Maersk* e a *CMA CGM* atingiram margens operacionais de 25%.

A Associação dos Transitários de Portugal (APAT), com quem o Governo já teve oportunidade de reunir, emitiu no final de 2020 um comunicado onde denunciava *as recentes práticas do transporte marítimo, nomeadamente as que impactam diretamente com a adição de sobretaxas várias desde o início da pandemia COVID-19, alterando condições pré-acordadas entre as partes.*

Considerando os efeitos que esta situação tem vindo a provocar, o GPPSD diligenciou no sentido de perceber, junto do Governo, se estavam a ser consideradas medidas para mitigar os efeitos deste fenómeno e que entidades públicas estariam a ser integradas na procura de eventuais soluções.

Neste sentido, o GPPSD enviou quatro Perguntas ao Governo sobre este tema durante o ano de 2021, nomeadamente ao Senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação, ao Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital e ao Ministro do Mar.

Na resposta recebida à Pergunta n.º 1578/XIV/2.ª do GPPSD, de 11 de março de 2021, é referido que o Ministério das Infraestruturas e da Habitação se encontrava em *fase de consultas a várias entidades do setor de modo a obter uma perspetiva mais completa do tema e a reforçar a capacidade de acompanhamento regular e próximo da evolução desta questão.*

Acrescentava, ainda, que na sequência deste processo *serão avaliadas medidas de ação complementares, isto sem prejuízo de, entretanto, o Governo acompanhar o processo de*

avaliação, debate e decisão que se possa desenhar na esfera internacional.

Verificamos que são já vários os países que tomaram medidas no sentido de mitigar os efeitos dos preços que estão a ser praticados no setor dos transportes marítimos, como é o caso dos Estados-Unidos, da Índia e da China. Desconhecemos, contudo, qualquer esforço empreendido por parte do Governo português.

Face ao disposto, e considerando que não existem sinais de que os preços praticados nos transportes marítimos venham a baixar num horizonte próximo, ao abrigo do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, vêm os signatários, através de Vossa Excelência, colocar as seguintes questões ao Senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação:

1 – Qual o ponto de situação das consultas realizadas entre o Ministério das Infraestruturas e da Habitação e as várias entidades do setor?

2 – Foram consideradas medidas de ação complementares decorrentes destas reuniões? Se sim, quais e qual a planificação prevista?

3 – Considerando o aumento de restrições para combater a atual situação pandémica, foram tomadas medidas para assegurar o normal funcionamento dos portos nacionais? Se sim, quais foram essas medidas?

Palácio de São Bento, 9 de dezembro de 2021

Deputado(a)s

CARLOS EDUARDO REIS(PSD)

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

EMÍDIO GUERREIRO(PSD)